

ACM Neto se aproxima de Eduardo Leite contra Doria

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, começa a preparar o terreno para ganhar as prévias do PSDB contra o governador de São Paulo, João Doria. Os dois disputam a indicação do partido para a corrida presidencial de 2022. O gestor desembarca na Bahia amanhã. Ele terá uma reunião com o ex-prefeito de Salvador e potencial candidato ao Governo do Estado, ACM Neto (DEM) - outro desafeto de Dória. O baiano rompeu com o paulista após o vice-governador de SP, Rodrigo Garcia, trocar o DEM pelo PSDB.

Neto confirmou o encontro e revelou que a reunião "inevitavelmente" terá a campanha como pauta. "Ele é um homem público muito qualificado e, apesar de jovem, já com muita bagagem política e de gestão. Vamos tratar sobre presente e futuro, claro. Inevitável que 22 esteja na pauta", declarou o ex-gestor soteropolitano, para a reportagem.

Em maio, Neto declarou que o DEM não apoiará o projeto presidencial de Doria em 2022. Contudo, nos bastidores, há o entendimento que a aliança DEM-PSDB ainda pode ser possível agora com o surgimento do nome de Eduardo Leite na disputa.

Na Bahia, o tucano, que ganhou projeção nacional nos últimos dias ao se reve-

lar homossexual no programa "Conversa Com Bial", da TV Globo, também vai participar de um evento com filiados da legenda e conceder uma coletiva de imprensa na manhã de sábado.

Ontem, em entrevista ao Valor Econômico, Leite rebateu as críticas que vem recebendo por ter apoiado o presidente Jair Bolsonaro em 2018 - assim como Neto, no segundo turno. "Era um caminho muito difícil. A volta do PT ao poder parecia um mal maior naquele momento. Eu menosprezei de fato a capacidade de fazer o mal do Bolsonaro. Eu não considerava... especialmente não sabíamos que haveria uma pandemia em que esta crueldade do presidente se apresentasse fatal, como se apresenta, com perdas de



ACM NETO declarou que o DEM não apoiará o projeto presidencial de Doria em 2022

vidas", avaliou. "Fiz uma declaração de voto, e não fiz campanha casada, não fiz material, não pedi votos. Apoiar é pedir votos. Foi bem diferente [do Doria], bem diferente; e do que meu principal adversário no Rio Grande do Sul, o então governador [José Ivo] Sartori [do MDB] fez", completou.

Questionado sobre em quem votaria num eventual segundo turno entre Bolsonaro e o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) no ano que vem, Leite que lutar para evitar esse cená-

rio, mas que, se ocorrer, discutirá "lá na frente" qual o posicionamento a ser adotado.

"Vou lutar tudo o que eu posso para evitar essa situação. Se ela acontecer, vamos discutir lá na frente que tipo de posicionamento acontecerá. Lula não vai cicatrizar as feridas deixadas abertas por Bolsonaro porque está na raiz da divisão", afirmou.

O governador gaúcho disse que o país precisa acabar com essa polarização entre Bolsonaro e Lula

e abrir um novo capítulo em sua história política. Ele se colocou como um político da nova geração e afirmou que espera poder ajudar a no processo de renovação.

"O país precisa encerrar esse capítulo e abrir o capítulo de uma nova história política, inclusive alterando, quem sabe, e isso eu posso ajudar a representar a geração de políticos, uma vez que sou o primeiro governador 'millennial' do país. Talvez possa dar alguma colaboração nesse sentido", declarou.

EMBATE

Governo reage após APLB se mostrar contra volta às aulas



ROSEMBERG PINTO criticou as declarações do coordenador da Associação dos Professores Licenciados do Brasil

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O líder do Governo na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), deputado Rosemberg Pinto (PT), criticou as declarações do coordenador da Associação dos Professores Licenciados do Brasil - Secção da Bahia (APLB-BA), Rui Oliveira, em entrevista à Rádio Metrôpole ontem e afirmou que quem está mais para "Bolsonaro da Bahia" é o dirigente da entidade representativa.

Na entrevista, o sindicalista criticou o retorno das aulas presenciais anunciadas pelo governador Rui Costa (PT) nesta semana. "O que é mais razoável? Nós vol-

tarmos com todo o gás, toda a energia, sem confusão, ou ser apelo do governador de forma unilateral, sem conversar com ninguém, intimidando cortar salários, intimidando suspender os R\$ 55 dos alunos, se não voltarem. Não vão voltar porque não é dessa forma", declarou Oliveira.

"O que falta é o diálogo. A prefeitura de Salvador está dialogando com a APLB para antecipar a vacinação, de maneira que todos nós estejamos vacinados com a segunda dose até 15 de agosto. A prefeitura de Salvador, depois de muita confusão, está propondo praticamente isso. Não oficializaram ainda, estamos em conversação", completa o sindicalista.

O governador decretou a

volta para o dia 26 de julho na rede estadual de ensino, em modelo híbrido. Rosemberg criticou a conduta do sindicato. "Na minha época de dirigente sindical, quem decidia era a categoria. Quem mais se parece com [Jair] Bolsonaro é ele, quando assume uma decisão pública sem consultar a categoria, que pode até validar a sua posição, mas não deve sair dando declarações do que vai fazer ou mandar", criticou o líder governista.

Os professores ainda realizarão uma assembleia, amanhã, para decidir sobre o retorno das aulas presenciais. Entre as propostas para serem decididas pela maioria, a de só retornar às salas após aplicação da

segunda dose em todos educadores, prevista para ser concluída no próximo mês.

Para Rosemberg, a posição de Rui Oliveira é de uma pessoa "com olhar pequeno". "Eu não vi e nem ouvi nenhuma menção desse dirigente sindical na defesa dos trabalhadores de farmácias, dos frentistas, dos trabalhadores dos supermercados, setores que permaneceram o tempo todo aberto na pandemia. Certamente ele deve ter abastecido o carro, comprado remédios na farmácia e alimentos no supermercado", condenou. Em entrevista à TV Bahia, o governador declarou que os professores que se recusarem a voltar às salas terão as ausências descon-

PGR pede isonomia em quebras de sigilo na CPI da Covid

ESTADÃO CONTEÚDO

O procurador-geral da República em exercício, Humberto Jacques de Medeiros, pediu que o Plenário Supremo Tribunal Federal defina critérios objetivos para a análise de processos ajuizados na corte contra quebras de sigilo determinadas pela CPI da Covid.

De acordo com Medeiros, a 'oscilação interpretativa justificada a necessidade de se definir balizas que assegurem a uniformidade das decisões' dadas pelos ministros da corte sobre o tema. A PGR quer que seja dado 'tratamento isonômico' às medidas cautelares de afastamento de sigilo determinadas pela comissão.

O pedido do PGR em exercício foi enviado à corte máxima no âmbito de um mandado de segurança em que a coordenadora-geral do Programa Nacional de Imunização, Franciele Fontana, questionou o ato da CPI de afastar seus sigilos telefônico e telemático. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes.

A petição destaca a existência de vários pedidos sobre o mesmo tema, com decisões monocráticas tanto deferindo o pedido liminar, impedindo a quebra dos sigilos telefônico e telemático, quanto indeferindo a solicitação, mantendo a determinação da CPI.

No agravo, Medeiros sinaliza que pedidos contra quebras de sigilo decretadas

pela CPI da Covid foram distribuídas aos gabinetes de sete dos onze ministros do STF, sendo que as decisões monocráticas 'deram soluções diversas aos casos', parte delas impedindo a quebra do sigilo telemático de algumas pessoas, e outras mantendo os atos do colegiado instalado no Senado.

De acordo com o procurador, a decisão do Plenário vai permitir a 'homogeneização das premissas para deferimento de afastamento de sigilos, sobretudo quanto à qualidade dos fundamentos, se iguais ou menos densas que as exigidas das autoridades judiciárias, tendo em vista o status político da Comissão Investigadora'.

Associação Comercial da Bahia. 210 anos de amor, história e compromisso com os empresários baianos

Nesta quinta-feira, 15 de Julho de 2021 a Associação Comercial da Bahia completa 210 anos

A data será comemorada apenas com a posse legal, sem solenidade nem comemorações em função da pandemia da Diretoria reeleita para um novo biênio 2021/2023

presidida pelo empresário Mario Dantas. A diretoria será empossada pelo Conselho Superior da ACB presidido pelo Empresário Wilson Galvão Andrade. Nesta nova jornada a estratégia é de muito trabalho, buscando a união dos empreendedores baianos buscando a retomada da nossa economia, debilitado pela pandemia da COVID-19.

A Associação Comercial da Bahia funciona em

uma bela edificação localizada no bairro do Comércio, em Salvador. Em estilo neoclássico, o palácio foi projetado pelo arquiteto e sargento-mor português Cosme Damião da Cunha Fidié e é composto de duas fachadas, uma voltada para a Praça Conde dos Arcos e a outra

voltada para a Praça Riachuelo. Construído sobre os alicerces do Forte de São Fernando, demolido entre 1814 e 1816, o palácio foi inaugurado em 28 de janeiro de 1817. A edificação foi a primeira manifestação de reação ao rococó na Bahia.



Reforma exclui reserva de vaga para mulheres no Legislativo



A REFORMA eleitoral deixa de fora a reserva de vagas para mulheres no Legislativo

ESTADÃO
CONTEÚDO

As eleições de 2022 para deputados federais e estaduais poderão ser definidas pelo método majoritário, onde são eleitos os mais votados, em vez do atual sistema proporcional que reserva vagas por partidos, caso o relatório apresentado nesta quarta-feira, 14, pela deputada Renata Abreu (Podemos-SP) seja aprovado.

A deputada leu na comissão especial da Câmara o parecer que avalia a reforma eleitoral. Após a leitura, deputados pediram vista e a votação ficou para agosto. Para que as mudanças sejam válidas para a próxima eleição, a proposta percorrerá todo o caminho de aprovação no

Congresso até outubro.

Pelo texto apresentado, a eleição proporcional seria válida só para 2022, como uma forma de transição para a adoção de um sistema misto, dividido entre majoritário e proporcional, para deputados e vereadores, a partir de 2024.

Abreu desistiu de determinar a obrigatoriedade de vagas para as mulheres no Legislativo, o que era defendido por ela. Originalmente, a deputada propunha uma reserva de 15% para mulheres. O texto manteve, no entanto, a determinação de dar peso dobrado aos votos recebidos pelas candidaturas femininas no cálculo usado para a distribuição dos financiamentos públicos dos fundos eleitoral e partidário.

Presidente do Podemos, a deputada determinou no tex-

to que partidos que incorporaram outras legendas não serão responsabilizados e não sofrerão sanções decorrentes de irregularidades nas prestações de contas dos diretórios regionais e municipais das legendas incorporadas.

O relatório também altera a data de posse do presidente, governadores e prefeitos, que seria deslocada de 1º de janeiro para o dia 5, e determina que as decisões da Justiça que interferirem no processo eleitoral precisarão ocorrer com no mínimo um ano de antecedência. tauração de inquéritos contra personalidades que pudessem representar ameaças ao presidente. Na AGU, Mendonça defendeu a submissão dos Estados no caso das decisões

sobre pandemia e, ainda, que civis que ofendam instituições militares passem a ser julgadas por militares.

Mandato - O Senado aprovou nesta terça-feira (13), por unanimidade, um projeto que busca combater e punir a violência política contra mulheres, inserindo novas normas no Código Eleitoral e na Lei das Eleições. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. Quando o projeto passou pela Câmara, deputadas disseram que a medida é uma reação aos casos de ataques a candidatas nas últimas eleições municipais. "Toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar, ou restringir os direitos políticos das mulheres."